

TRABALHO ESSENCIAL PARA A DEFESA DA VIDA EM MEIO A PANDEMIA: na formação inicial e continuada de professores, nas escolas e para além delas ¹

ESSENTIAL WORK FOR THE DEFENSE OF LIFE DURING THE PANDEMIC: in the initial and continuing teacher education, in schools and beyond them

TRABAJO ESENCIAL PARA LA DEFENSA DE LA VIDA EN MEDIO DE LA PANDEMIA: en la formación inicial y continua de los profesores, en las escuelas y más allá



Celi Nelza Zulke Taffarel

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

E-mail: taffarel@ufba.br



Márcia Morschbacher

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: mm.edufisica@yahoo.com.br



Cássia Hack

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá, Brasil

E-mail: cassia.hack@gmail.com



Sidnéia Flores Luz

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

E-mail: sidneiaflores@yahoo.com.br

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

Resumo: O estudo documental analisa o que é essencial para a formação inicial e continuada de professores e para o trabalho pedagógico da Educação Física. As fontes foram documentos da ANFOPE, CNE, CNTE, CONFEF/CREF, MEC, MNCR, poder legislativo. Concluímos que existe um embate entre perspectivas: utilitarista e pragmática, que considera essenciais a exploração, terceirização, precarização da formação e do trabalho docente; e contra hegemônica, na qual o essencial é a vida humanizada, fundada na valorização da docência e do magistério, na formação e atuação profissional, na defesa dos serviços públicos e na luta por outro modo de produção da vida.

Palavras-chave: Formação de professores. Trabalho pedagógico. Valorização do magistério.

Abstract: The documentary study analyzes what is essential for the initial and continuing education of teachers and for the pedagogical work of Physical Education. The sources were documents from ANFOPE, CNE, CNTE, CONFEF/CREF, MEC, MNCR, and legislative power. We conclude that there is a clash between perspectives: utilitarian and pragmatic considers essential the exploration, outsourcing, precariousness in teacher training and teacher work; and counter-hegemonic, for which the essential is the humanized life, based on the appreciation of teaching, on professional training and performance, on the defense of public services, and on the struggle for another way of production of life.

Keywords: Teacher training. Pedagogical work. Appreciation of teaching.

Resumen: El estudio documental analiza lo fundamental para la formación inicial y continua de los profesores y para la labor pedagógica de la Educación Física. Las fuentes fueron documentos de ANFOPE, CNE, CNTE, CONFEF/CREF, MEC, MNCR y poder legislativo. Concluimos que existe un choque de perspectivas: la utilitarista y pragmática considera imprescindible la exploración, la subcontratación, la precariedad en la formación y el trabajo docente; y contrahegemónica para lo cual lo esencial es la vida humanizada, fundada en la valoración de la docencia y del magisterio, en la formación y actuación profesional, en la defensa

de los servicios públicos y en la lucha por otra forma de producción de la vida.

Palabras clave: Formación docente. Trabajo pedagógico. Valoración de la docência.

Submetido em: 08-07-2021

Aceito em: 22-07-2021

Introdução

Este texto sintetiza posições sobre o que é essencial para a formação inicial e continuada de professores e o trabalho pedagógico da Educação Física (EF) na escola e para além dela. Considera que a COVID-19 desencadeou uma crise sanitária sem precedentes, que eclode no momento histórico em que se acentua a crise do modo de produção capitalista, e coloca questões sobre o que é vital e necessário para garantir a vida dos seres humanos. Problematisa a situação concreta, considerando os fatos que ocorrem na formação inicial e continuada de professores, no trabalho pedagógico da escola, com trabalho remoto emergencial, trabalho híbrido, trabalho presencial sem proteção, sem medidas de biossegurança e sem diretrizes de acordos coletivos.

O texto pergunta sobre os fundamentos das diretrizes que orientam a formação dos professores em geral e em especial de EF e das diferentes posições sobre o que se considera “essencial” quanto ao trabalho pedagógico na escola e para além dela, em meio à pandemia.

A fonte de dados constituiu-se de documentos oficiais que tramitam no poder legislativo, documentos do executivo, em especial do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), documentos do Conselho Federal de EF/Conselhos Regionais de EF (CONFED/CREF) e documentos das entidades contra hegemônicas, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), o Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR) e o Comitê Nacional Contra as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Física, e um dossiê com textos publicados em periódicos e livros. A análise deu-se por meio de técnica de análise de conteúdo para explicitar o lógico e o histórico que predomina na formação e no trabalho pedagógico do professor de EF.

O texto está organizado em 6 seções: a) a problematização do que é essencial em meio à pandemia e à crise do capital; b) o essencial para a formação inicial e continuada de professores; c) o trabalho dos professores – o essencial na atuação dos professores nas escolas; d) o trabalho dos professores sob fogo cruzado para além da escola; e) as políticas destrutivas da educação, da ciência, da cultura, do meio ambiente; e f) a resistência – posição das entidades e organismos da luta de classes.

Problematizando o que é o essencial em meio à pandemia e à crise do capital

A possibilidade da existência humana decorre das relações com a natureza e os demais seres humanos. Foram milhões de anos de uma relação que culmina com a hominização e a humanização (ENGELS, 2019). E, nesse processo, criamos a nossa segunda natureza, sem a qual não sobreviveríamos. Isto significa que temos que atender necessidades vitais para além de nos alimentarmos e garantirmos a existência biológica. Precisamos atender necessidades histórico-culturais porque não nos regemos somente por leis da matéria, ou leis biológicas, mas por leis sócio-históricas, que regem o desenvolvimento da produção da existência e os fenômenos que se produzem a partir dela (LEONTIEV, 1978). O processo de produzir e reproduzir a existência consiste em uma condição essencial, sem a qual não é possível à humanidade fazer história (MARX; ENGELS, 2007).

Entre as leis sócio-históricas, está a formação humana. Nascermos com possibilidades, e temos que desenvolvê-las. Isso se dá pelo acesso à cultura, que permite o desenvolvimento da *psique* humana (MARTINS, 2013) e pela educação, que possibilita reproduzir em cada ser humano o que a humanidade desenvolveu historicamente (SAVIANI, 2013). Essa é também uma questão essencial.

Em 2020 sobreveio a pandemia da COVID-19 e, com ela, o reforço à evidência da incapacidade do capital de assegurar a vida. Em todos os continentes, dos países imperialistas aos países historicamente saqueados e subjugados, o colapso dos sistemas públicos de saúde, bem como o aumento do desemprego e da miséria, revelam a responsabilidade do capital e dos governos a seu serviço na destruição sistemática das conquistas sociais e na “gestão” da crise agudizada pela pandemia, que conduz a humanidade à barbárie.

No Brasil, a situação agrava-se pela política genocida da extrema direita, que se combina com a economia ultraneoliberal que destrói direitos e conquistas, o Estado de Direito e a Democracia. As medidas adotadas por este governo, sustentado pelas forças armadas e pelos grandes empresários, são medidas de ajuste estrutural fundomonetaristas que não convivem com a democracia, a preservação de direitos, do meio ambiente e da vida. Estas medidas se refletem nas políticas públicas de Estado e de governo, o que pode ser identificado na formação inicial e continuada de professores, nas escolas e para além delas, onde atuam os professores/trabalhadores de EF.

O essencial para a formação inicial e continuada de professores

Existem hoje aproximadamente 2 milhões de professores, dos quais em torno de 70% atuam no Ensino Fundamental. São 1.378.812 professores que atendem 47,3 milhões de estudantes, em 179.533 escolas que contam com 188.361 gestores (INEP/MEC, 2021). No Ensino Superior, são 386.073 professores que atuam em 40.427 cursos de graduação e 36 cursos sequenciais, com 8.604.526 estudantes em 2.608 Instituições de Ensino Superior (INEP/MEC, 2020). Somando os professores da Educação Básica e Superior, temos 1.953.246 professores que atendem 55.904.526 estudantes em 182.141 instituições distribuídas nos 5.568 municípios brasileiros e no Distrito Federal.

Este contingente constituído por estudantes, gestores, professores, técnicos administrativos e demais trabalhadores da educação representa aproximadamente 1/3 da população brasileira. Deste, perguntamos pelos professores e as diretrizes curriculares para a formação inicial e continuada.

Constatamos o embate de projetos antagônicos expresso na anulação da Resolução CNE 02/2015, que fixou as diretrizes para a formação inicial e continuada de professores, substituída pela Resolução CNE 02/2019, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a EF, a Resolução CNE 06/2018.

Este embate permite questionar sobre quem legisla, quem determina o que deve ser ensinado ou não para a classe trabalhadora. Desde o período colonial, temos elementos sobre o confronto de projetos antagônicos. Saviani (2007; 2008) nos permite traçar essa história e sintetizá-la nas ideias pedagógicas que investigou e sistematizou na forma de periodização e tendências da Pedagogia no Brasil, desde 1500 até 2000.

Não é possível tratar do que é considerado essencial na educação pública brasileira, em meio à pandemia, sem nos reportar à história e identificarmos os projetos de formação humana, de escolarização e de formação de professores e seus fundamentos.

Identificamos, analisando projetos de lei do executivo e legislativo, a disputa do setor privado pela Educação à Distância *versus* o setor público que defende o ensino presencial. Isso é evidente no Censo que revelou a tendência de crescimento do ensino à distância na Educação Superior brasileira.

Em 2019, das 16.425.302 vagas ofertadas no nível superior, 10.395.600 foram na modalidade à distância (INEP/MEC, 2020). Entre os anos 2009 e 2019, o número de matrículas em cursos nessa modalidade aumentou substancialmente. Em 2009, os ingressantes no ensino à distância correspondiam a 16,1% do total, em 2019, 43,8%. Nos últimos 5 anos, o número de estudantes que ingressaram nos cursos de graduação presenciais diminuiu 14,3% (INEP/MEC, 2020).

Temos uma disputa que se reflete também na formação de professores. De um lado, as DCNs aprovadas após 10 anos de debate em várias instâncias que resultaram na Resolução CNE 02/2015 e, de outro, o projeto hegemônico, que tem legislação específica aprovada na forma de DCNs para Formação de Professores para a Escola Básica – a Resolução CNE 02/2019. Estas diretrizes, aprovadas em meio ao aprofundamento do Golpe de 2016², anulam a Resolução CNE 02/2015, que acumulou elementos importantes que nos permitem reconhecer o que é essencial na formação de professores, como a consistente base teórica, a formação política, a consciência de classe, a gestão democrática, a avaliação permanente, a organização da classe, a valorização do magistério, e a base comum nacional e seus princípios conforme defendido pela ANFOPE (BRZEZINSKI, 2018).

Sobre o projeto da extrema direita e sua proposta de formação de professores, presente na Resolução CNE 02/2019, destacamos: 1. A formação de professores deve estar atrelada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Básica; 2. Separação entre formação inicial e continuada; 3. Desvalorização do magistério ao desconsiderar os princípios defendidos como centrais para valorização do magistério em sua atuação profissional. É a adaptação ao modo de produção capitalista, privatista, mercantilista, empresarial, individualista, competitivista e meritocrático (FREITAS, 2018).

Sobre a “Proposta para a Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica (BNCFP)”, Rodrigues, Pereira e Mohr (2020) apresentam “dez razões para temer e contestar a BNCFP”. A análise do percurso, do documento, seus fundamentos e seu alinhamento empresarial evidenciam porque devemos rechaçar essas Diretrizes. Encontramos em Titton, Fiera e Evangelista (2019) o “fio da meada” do empresariamento das diretrizes para se adequarem à lógica mercantilista do capitalismo. Sobre a crítica à BNCC, Aguiar e Dourado (2018) demonstram como tramitaram, foram instituídas e em que contexto, com que fundamentos e quais

² Golpe contra a presidente Dilma Rousseff que está destruindo a democracia (DA EMPOLI, 2020; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

as resistências a esta política destrutiva da formação humanizada da classe trabalhadora.

Os dados expostos por Freitas (2018) sobre o empresariamento da Educação; por Lamosa (2020), que demonstram a ação da classe dominante em tempos de pandemia e a tragédia que causam; e os dados do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, indicando as oito empresas privadas de capital aberto que atuam no setor educacional e denunciando a comercialização da educação na bolsa de valores (TRICONTINENTAL, 2020), nos permitem denunciar a desumanização, a destruição do caráter público e a privatização crescente na educação.

Para o projeto defendido por instituições científicas e profissionais como a ANFOPE, o MNCR, o Comitê Nacional Contra as Atuais DCNs da Educação Física, o essencial é a vida humana, humanizada. Isso significa, na formação de professores, uma consistente base teórica; o trabalho educativo para a formação omnilateral (MANACORDA, 1991), a gestão coletiva e democrática; as condições objetivas do trabalho; a valorização da docência; a organização dos profissionais; e a referência em um projeto histórico superador do capitalismo (MÉSZÁROS, 2002; 2005), onde o trabalho não seja subsumido ao capital (MARX, 2013). Omnilateral significa um desenvolvimento completo, multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação, ou seja, o pleno e máximo desenvolvimento das capacidades humanas. E para isso são necessários professores bem formados, bem remunerados e com boas condições de trabalho e carreira digna.

O essencial na atuação dos professores nas escolas

O Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTRADO/UFMG) e a CNTE realizaram uma pesquisa (junho/2020) com 15.654 docentes de todo o Brasil, da Educação Infantil, Ensino

Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, sobre o seu trabalho na rede pública durante a pandemia. A pesquisa demonstrou que 89% dos entrevistados não tinham experiência anterior para dar aulas remotas; 42% afirmaram que seguem sem treinamento, aprendendo tudo por conta própria; e, para 21%, é difícil ou muito difícil lidar com tecnologias digitais (GESTRADO, CNTE, 2020).

Os dados demonstram que 82% dos professores estavam ministrando aulas dentro de casa; 82% afirmaram que as horas de trabalho aumentaram; 84% indicaram que o envolvimento dos alunos diminuiu drasticamente; 80% afirmaram que a principal dificuldade dos estudantes é a falta de acesso à internet e computadores, seguida pela dificuldade das famílias em apoiar os estudantes (74%), a falta de motivação dos alunos (53%) e o desconhecimento destes em usar recursos tecnológicos (38%) (GESTRADO/CNTE, 2020).

O estado emocional dos professores está colocado à prova, pois 69% declararam ter medo e insegurança por não saber como será o retorno à normalidade e 50% declaram ter medo em relação ao futuro (GESTRADO/CNTE, 2020).

O que é essencial nessas circunstâncias, senão todo o apoio com políticas públicas para que os professores tenham formação continuada adequada, infraestrutura para o trabalho pedagógico, em teletrabalho ou presencial, leis trabalhistas protetoras, diretrizes de biossegurança implementadas, diretrizes curriculares adequadas, construídas coletivamente; suspensão de avaliações censitárias e da implementação da BNCC, que estão sendo questionadas nas redes de ensino. O que é o essencial senão a valorização do magistério e do ato de humanização, que é reproduzir em cada ser humano o que a humanidade produziu coletiva, social e historicamente (SAVIANI, 2013).

Sobre o trabalho dos professores da ef para além da escola

Em meio à pandemia, os trabalhadores da EF são pressionados por empresários, dirigentes, e pelo CONFEF/CREF para trabalharem em condições adversas, alegando que a EF é saúde e, portanto, essencial. Estas pressões ocorrem em meio à ausência de política pública federal efetiva de combate à COVID-19.

Segundo Antunes (2020, p. 7), a crise econômica intensificada com a pandemia, “na inter-relação que há entre elas, têm gerado impactos e consequências profundas para a humanidade que depende de seu trabalho para sobreviver”. A classe trabalhadora está empobrecendo. A miserabilidade atinge a totalidade da classe trabalhadora. O autor demonstra que a “normalidade” do sistema de metabolismo antissocial do capital é a destrutividade. Na fase atual

em que as tecnologias de informação e comunicação (TICs) se encontram plasmadas, impulsionadas e comandadas pelas reações capitalistas em sua forma mais destrutiva, o quadro vem se agravando” (ANTUNES, 2020, p. 11).

É neste quadro agravado que constatamos medidas desumanizantes.

De acordo com Taffarel e Luz (2020), uma ação dos conselhos é a campanha “#EUTENHOCREF#” e a fiscalização do trabalho *online*, em que estes notificam e denunciam ao Ministério Público (MP) professores ou qualquer pessoa que compartilhe sua rotina de treinos nos ambientes digitais – como é o caso do CREF1 e CREF12 – que denunciaram ao MP influenciadores por atuação ilegal nos ambientes digitais, ou seja, apenas profissionais registrados nos CREF poderiam divulgar suas rotinas de exercícios físicos nas redes sociais. Ademais, o CREF1 divulgou nota técnica na qual estabeleceu parâmetros de diferenciação de profissionais e falsos

profissionais e emitiu orientações sobre como deve ser o trabalho *on-line* do professor de EF.

Em nível nacional, seguem com ações como a campanha “#SOMOS ESSENCIAIS#”, fundamentada no argumento de que o exercício físico e os locais para sua prática são essenciais à saúde da população, desconsiderando-se que saúde não se promove por meio de estilo de vida, visto que ela se determina pelas relações concretas materiais e sociais de produção da vida humana. Esta campanha tem recebido amparo político na medida em que o Presidente da República incluiu as academias de ginástica como serviço essencial através do Decreto Federal 10.344/2020.

Destacamos que, como cada secretaria estadual e municipal de saúde define a reabertura dos estabelecimentos a partir da situação dos municípios, o sistema CONFEF/CREF, com apoio do setor empresarial, de deputados estaduais e vereadores, tem levado para as assembleias legislativas e câmaras municipais Projetos de Lei (PL) que reconhecem a atividade física como essencial e que conduzem à abertura das academias em meio à pandemia (TAFFAREL; LUZ, 2020). Para exemplificar, mencionamos o caso da Bahia, em que o CREF13/BA vem agindo para aprovar nas Câmaras Municipais tal reconhecimento.

A partir desse movimento, o CONFEF/CREF vem solicitando junto às secretarias de saúde a vacinação apenas dos profissionais com anuidades quitadas junto ao Conselho. Em nenhum momento problematiza ou trata de condições seguras para o retorno das atividades presenciais, como a testagem em massa, vacinação para todos, EPIs, adaptações na infraestrutura, etc. Portanto, as instituições como o CONFEF/CREF têm

aprofundado a crise do modo de produção capitalista ao qual somos submetidos ao não valorar a vida, o povo, em não tomar medidas eficazes contra a contaminação da COVID-19, ao não testar massivamente e ir contra as medidas protetivas da vida para manter as taxas de lucros” (MNCR, 2021, p. 1).

A pandemia evidenciou que os sistemas de ensino em geral, nas escolas e para além delas, precisam levar em consideração as desigualdades socioeconômicas e regionais e compreenderem que nem todas as escolas – à luz das realidades de seus estudantes e profissionais – estão aptas a desenvolverem trabalhos remotos que se caracterizam em instrumentos pedagógicos adotados pelos governos para o momento de excepcionalidade da pandemia.

A CNTE recomenda que as unidades escolares acompanhem minuciosamente o acesso dos estudantes e realizem a avaliação dos conteúdos ministrados durante a pandemia, a fim de assegurar a qualidade com equidade na educação escolar. Essa recomendação está baseada em pesquisas³ que demonstram que: entre crianças e adolescentes de 9 a 17 anos, 66% não se conectam à internet em ambientes privados, seja na própria residência ou na casa de amigos e familiares; esse número atinge 82% na zona rural, 70% entre as classes D e E; 67% na classe C e 58% nas classes A e B (CNTE, 2020).

De acordo com os dados, 17,3% das crianças de 0 a 14 anos moram em residências que não têm acesso à rede geral de abastecimento de água e 40,8% em locais sem conexão com o sistema de esgoto. Nas casas em que não há internet, as condições de saneamento são ainda piores: 29,3% sem rede de água e 60% sem esgoto. A PNAD mostra que 15,1% das residências abrigam 6 ou mais pessoas. Em 40%, há mais de 3 moradores por dormitório. Há falta de equipamentos como computadores e o que está mais presente nas residências brasileiras é o televisor (96%). Mesmo entre os mais pobres, das classes D e E, 92% têm o aparelho, mas apenas 9% com canais pagos (CNTE, 2020).

Outro ponto a considerar é o equipamento tecnológico. O mais comum é o celular, presente em 100% dos lares de classe A e em 84% nas camadas D e E. Os computadores portáteis estão concentrados: na classe A, 90% têm *notebook* e 49%, *tablet*. Nas camadas D e E, os índices são 3% e 4%, respectivamente. A média

³ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Pesquisa TIC Kids On-line Brasil sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil, realizada em 2018.

nacional de lares com acesso à internet é de 79,1%. O menor índice é no Nordeste, com 69,1%. Na zona rural, menos de 50% das casas têm acesso à rede. No Norte, 77% das famílias fora da zona urbana estão desconectadas (CNTE, 2020).

Esses dados demonstram que não é essencial garantir a superação das desigualdades sociais, e as medidas adotadas durante a Pandemia, pelo governo federal e seus seguidores, deixaram isso evidente. Ricos ficaram mais ricos e pobres mais pobres. Os dados do DIEESE (2021a, 2021b, 2021c) sobre emprego e renda e a responsabilidade do governo federal demonstram essa situação. Em uma sociedade de classes são os mais pobres que têm limitado o acesso ao que nos humaniza, a saber, os bens culturais, científicos e educacionais.

Mas, afinal, o que é mesmo essencial em uma sociedade de classes com desigualdades estruturais e conjunturais históricas?

A destruição da educação, da ciência, da cultura, do meio ambiente, ou seja, a destruição do que nos humaniza

Amaral (2021) demonstrou o que significou a destruição, em 2 anos de governo da extrema direita, ao evidenciar as despesas realizadas nos anos de 2019 e 2020, e a proposta orçamentária de 2021, relativas à educação, saúde, cultura, gestão ambiental, ciência e tecnologia, refinanciamento da dívida, juros, encargos e amortização da dívida e defesa nacional, e compara estes dados desde 2014.

O autor demonstra a evolução das despesas com as 69 Universidades Federais (UFs), os 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFEs) e 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com a Coordenação de Pessoal de Nível

Superior e com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (AMARAL, 2021).

De acordo com esses dados, a educação, no período de 2014 a 2021, teve uma redução de 28,5% dos recursos. Na saúde, a queda, no mesmo período, foi de 21,6%. Na cultura, 90,2% comparando-se os valores de 2014 e os de 2020. Na gestão ambiental, redução de 74,2% entre 2014 e 2021. Na ciência e tecnologia, foi de 57,1% nos recursos financeiros aplicados. A prioridade foi o setor financeiro de refinanciamento da dívida, pagamento de juros, encargos e amortização da dívida, que teve perfil crescente de 2014 a 2020, passando de R\$ 400 bilhões, em 2014, para mais de R\$ 650 bilhões em 2020 (AMARAL, 2021).

Com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, foram congeladas por 20 anos as despesas primárias, sem ter estabelecido nenhum limite para as despesas do setor financeiro e nem para a defesa nacional – aqui, houve um aumento de R\$ 37,6 bilhões para o setor de 2015 a 2019.

A continuidade dessa política de destruição levará inevitavelmente à “falência” das UFs, dos IFEs, dos CEFETs, dos agentes financiadores da Educação Básica e da Ciência e Tecnologia.

O essencial na pandemia continuou a ser a aplicação da política alinhada às regras fundomonetaristas de ajuste estrutural para manter lucros do setor parasitário especulativo, que redefine o papel do Estado (de provedor de direitos e conquistas, passa a ser máximo para o capital e mínimo para os trabalhadores) – o que está gerando uma acentuada tendência à barbárie. Suas manifestações são evidentes no índice de mortalidade, fome, desemprego, violência e destruição ambiental.

Mencionamos, ainda, as escolas e universidades em franca militarização, privatização, perda da autonomia, controle ideológico fundamentalista, e destruição do sistema público laico, inclusivo, democrático, de qualidade socialmente referenciada, como estava sendo construído. As instituições estão sendo aprisionadas pela

lógica ultraneoliberal, fundomonetarista, dos ajustes estruturais (MONTORO, 2014).

Para manter essa estrutura destrutiva, a Câmara dos Deputados aprovou o PL 5.595/2020⁴, que coloca a educação como atividade essencial, realizando um retorno compulsório ao ensino presencial, em meio a uma política de disseminação da COVID-19, impulsionada pelo governo federal genocida, sem que medidas sanitárias efetivas tenham sido operacionalizadas⁵. Aliás, nada ou pouco foi feito para assegurar as diretrizes do teletrabalho que protejam os professores, as reformas estruturais nas escolas, que estão sem condições próprias de higiene por falta de banheiros, água, encanamento, e condições para o distanciamento.

Pelos dados expostos, concluímos que o essencial para os empresários capitalistas, e as forças que os sustentam, é a dívida acima da vida; o lucro acima da vida; o privado acima do coletivo; a super exploração docente com retirada de direitos, inclusive o direito à greve.

A resistência dos organismos de luta da classe trabalhadora contra o irracional e destrutivo sociometabolismo do capital

Mas, afinal, o que é essencial? O que nos humaniza? O que fazer frente à desumanização?

A CNTE (2020) orienta a adoção de estratégias para a educação escolar durante e pós pandemia, com foco na: a) retomada das aulas presenciais somente em situação de plena segurança sanitária; b) critérios para aplicação ou não de avaliação das atividades remotas durante a pandemia; c) recomposição do calendário letivo presencial com possibilidade ou não de cômputo das atividades remotas; d) organização do trabalho dos profissionais da educação,

⁴ No momento em que este texto é redigido, o PL 5.595/2020 encontra-se no Senado, sem previsão de entrada em pauta.

⁵ Registramos que este PL ataca, ainda, o direito de greve dos professores.

observados os critérios de segurança sanitária e de novas rotinas escolares; e) novas estruturas físicas e pedagógicas para garantir qualidade e equidade no atendimento escolar, sobretudo nas redes públicas. Ainda, reconhece que as ações coordenadas e colaborativas das redes de ensino são essenciais, devendo o protocolo dos sistemas escolares de cada estado abranger as condições de segurança sanitária para todas as unidades de ensino básico e superior de seu território.

A ANFOPE defende que é irresponsável e criminoso o governo determinar o retorno às aulas presenciais sem assegurar condições sanitárias necessárias, ameaçando a saúde e vida dos trabalhadores em educação, assim como dos estudantes e suas famílias (ANFOPE, 2021a). Defende, de forma intransigente, o direito à educação, que não pode ser utilizado pela necropolítica (MBEMBE, 2018) como pretexto. Posiciona-se contrária ao retorno das aulas presenciais sem que sejam asseguradas as condições de biossegurança para todos os segmentos da escola e reivindica a vacinação pelo SUS de todos os trabalhadores da educação como condição indispensável para a volta presencial às aulas (ANFOPE, 2021b).

Sobre as DCNs para formação inicial e continuada, a ANFOPE defende os princípios da base comum nacional presentes na Resolução CNE 2/2015, pois a mesma se aproxima da concepção de formação elaborada historicamente pela entidade. Defende a base comum nacional, que rompe com a ideia do currículo mínimo, que tem a práxis docente como referência para a formação de professores, e caracteriza-se como instrumento político de luta pela formação e carreira docente e como princípio orientador dos currículos dos cursos de formação (ANFOPE, 2021c).

O MNCR defende que é essencial que as políticas públicas protejam os trabalhadores. Coloca-se contrário às posições que o CONFEF/CREF, que é um prolongamento do Estado Burguês (MASCARO, 2013), de apoiar a decisão do governo de considerar como essencial o funcionamento de academias, clubes e demais setores relacionados às atividades da cultura corporal. Embora não descarte a importância da manutenção de atividades físicas

regulares e moderadas em casa, é contrário a essa necropolítica que mata pobres, negros, índios, quilombolas, porque se configura como genocídio dos que já vêm sendo massacrados historicamente (TAFFAREL; LUZ, 2020). Aponta a necessidade de organização em unidade da classe trabalhadora pelo fim desse governo genocida, “pelo auxílio emergencial, pela vacinação para cada pessoa, pela testagem em massa, contra qualquer privatização, contra a reforma administrativa (PEC/32), em defesa dos direitos sociais, em defesa do SUS e em defesa do sistema de proteção do trabalho e dos trabalhadores” (MNCR, 2021, p. 1).

O Comitê Nacional contra as atuais DCNs da Educação Física, constituído por docentes e estudantes de diferentes instituições da Educação Básica e Superior, tem se manifestado contra a Resolução CNE 06/2018. O Comitê vem denunciando o processo de impedimento ao qual estiveram submetidas as comunidades acadêmicas, o movimento estudantil e todos aqueles diretamente interessados com as DCNs para os cursos de graduação em EF.

Atualmente, com os problemas agravados, sobretudo, após a aprovação da Resolução CNE 2/2019 e da Resolução CNE 1/2020, e com a evidência de um verdadeiro arcabouço pelo qual o Estado – associado às intenções mais imediatistas e flexíveis do mercado, registrando sua ingerência junto às questões especificamente ligadas à educação – pretende destruir o caráter público, laico, socialmente referenciado da Educação, é necessário fortalecer toda forma de resistência.

Sendo assim, o Comitê protocolará, mais uma vez, junto ao CNE, carta reivindicando a revogação das Resoluções 6/2018, 2/2019 e 1/2020, e, ainda, que todas as IES sejam convocadas para debater junto ao CNE a concepção de sociedade, de sujeito, de professor que necessitamos, na perspectiva da emancipação humana, da formação omnilateral (MANACORDA, 1991) e do projeto histórico superador (MÉSZÁROS, 2002; 2005) do destrutivo modo de produção capitalista.

À guisa de conclusão

Concluimos que órgãos ligados ao Estado e ao governo, como o CNE, as Forças Armadas, grupos empresariais (MASCARO, 2013; LAMOSA, 2020; TRICONTINENTAL, 2020), bem como o CONFEF/ CREF, atuam para defender o que é *essencial* em meio à pandemia, a partir de uma perspectiva utilitarista, pragmática e individualista, empresarial, privatista, que contribui para o rebaixamento da capacidade teórica de professores, desvaloriza o trabalho docente, esvazia conteúdos no currículo escolar, flexibilizando, terceirizando, precarizando, uberizando a formação e o trabalho docente. Com isso, visam o empresariamento, as privatizações e os lucros pela exploração do trabalho dos professores. Trata-se de uma perspectiva que leva à barbárie.

Reconhecemos a necessidade da contra hegemonia na luta (FRIGOTTO, 2021) para defender o que é vital e necessário no quadro da pandemia e da atuação das forças destrutivas. Essencial é a humanização, a valorização da vida, da ciência, da educação, da democracia, dos serviços públicos. É a valorização da docência e do magistério na formação inicial e continuada e na atuação profissional. É o acesso de todos ao patrimônio cultural da humanidade. Essencial é usarmos nossa inteligência, entusiasmo, força para superar o destrutivo modo de produção capitalista. E como alertam Saviani e Duarte (2012, p. 4): “A revolução não é um processo espontâneo... é obra da classe trabalhadora conscientemente organizada”.

Referências

AGUIAR, M. Â.; DOURADO, L. F. (org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectiva**. Recife: ANPAE, 2018.

AMARAL, N. C. Dois anos de desgoverno – os números da desconstrução. **A terra é redonda**. 8 abr. 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/dois-anos-de-desgoverno-os-numeros-da-desconstrucao/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANFOPE. **Moção de repúdio ao retorno às aulas presenciais no Amazonas**. 2021a. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Mocao-repudio-retorno-das-Aulas-Amazonas-5fev2021.pdf>. Acesso em: 23 maio 2021.

ANFOPE. **Moção pela vacinação prioritária dos/as profissionais da educação e de repúdio ao Retorno às Aulas Presenciais**. 2021b. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Mocao-pela-vacinacao-dos-trabalhadores-da-educacao-Brasil-5fev2021.pdf>. Acesso em: 21 maio 2021

ANFOPE. **Política de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação: Resistências propositivas à BNC da Formação inicial e continuada**. Documento Final do XX Encontro Nacional da ANFOPE. 2021c. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2021/04/20%E2%81%B0-ENANFOPE-%E2%80%93-93-Documento-Final-2021.pdf>. Acesso em: 23 maio 2021.

BRZEZINSKI, I. **Políticas de formação do magistério: ANFOPE em Movimento**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018.

CNTE. **Diretrizes para a Educação Escolar durante e pós-pandemia: Contribuições da**

CNTE. 2020. Disponível em: https://cnte.org.br/images/stories/2020/cnte_diretrizes_enfrentamento_coronavirus_final_web.pdf. Acesso em: 21 maio 2021.

DA EMPOLI, G. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2020.

DIEESE. **Balanco das greves de 2020**. Estudos e pesquisa Nº 99 – 10 de maio de 2021a. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/>

balancodasgreves/2021/estPesq99greves2021.pdf . Acesso em 13 maio 2021.

DIEESE. **Ação emergencial para superar situação caótica.** Boletim de conjuntura, Nº 26 – fevereiro de 2021b. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura26.pdf> . Acesso em 13 maio 2021.

DIEESE. **Descaso e inépcia do governo em relação à pandemia aprofundam caos sanitário e econômico no Brasil.** Boletim de conjuntura, Nº 28 – Abril/Maio 2021c. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura28.html> . Acesso em 13 de maio 2021.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Boitempo, 2019.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da Educação:** nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, G. Pandemia, mercantilização da educação e resistências populares. **Germinal**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 636-652, abr. 2021.

GESTRADO/UFMG; CNTE. **Trabalho docente em tempos de pandemia.** 2020. Disponível em: https://www.cnte.org.br/images/stories/2020/cnte_relatorio_da_pesquisa_covid_gestrado_julho2020.pdf. Acesso em: 21 maio 2021.

INEP/ MEC. Censo da Educação Básica 2020. Brasília: INEP/MEC, 2021.

INEP/ MEC. Censo da Educação Superior 2019. Brasília: INEP/MEC, 2020.

LAMOSA, R. (org). Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada. Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2020.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo.** Tradução Manuel Dias Duarte. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MANACORDA; M. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Autores Associados, 1991.

MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar**: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2013.

MARX, K. **O Capital** V I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano C. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo, Boitempo, 2013.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-i Edições, 2018.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MNCR. Como está o campo de atuação da Educação Física no Brasil em tempos de pandemia. **Boletim do MNCR**, ano 20, n. 2, maio, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1d8zD-CY-RjTTT--7jtaipB_gYbViAi3gl/view. Acesso em: 23 maio 2021.

MONTORO, X. A. **Capitalismo y Economía Mundial**: bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI. Madrid: Instituto Marxista de Economía, 2014.

RODRIGUES, L; PEREIRA, B.; MOHR, A. O Documento “Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica” (BNCFP): dez razões para temer e contestar a BNCFP. **Revista Brasileira em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, n. 20, p. 1-39, 2020.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008.

TAFFAREL, C.; LUZ, S. Dossiê os trabalhadores e trabalhadoras da Cultura Corporal e seus campos de formação e atuação: as consequências da crise capitalista e da pandemia da Covid-19 e a luta da classe trabalhadora. **MNCR – Núcleo Salvador**, Salvador, ano. 1, n. 1, ago. 2020.

TITTON, M. FIERA, L. EVANGELISTA, O. Diretrizes para a formação docente é aprovada na calada do dia: mais mercado. **Universidade à Esquerda**, 14 nov. 2019. Disponível em: <https://universidadeaesquerda.com.br/debate-diretrizes-para-formacao-docente-e-aprovada-na-calada-do-dia-mais-mercado/>. Acesso em: Acesso em 13 maio 2021.

TRICONTINENTAL. A Educação Brasileira na Bolsa de Valores. **FRONT**, out. 2020. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/cartilha-a-educacao-brasileira-na-bolsa-de-valores/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação Física e Dança. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.